

EDITAL

João António de Sousa Pais Lourenço, Presidente da Câmara Municipal do Concelho de Santa Comba Dão, no uso da competência que lhe é cometida pela alínea v) do nº 1 do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a alteração que lhe foi produzida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, **faz público**, nos termos do nº 1 do artº 91º da mesma Lei, que a Câmara Municipal, em reunião ordinária pública 31 de Agosto de 2010, tomou as seguintes deliberações, com eficácia externa:-----

- 1- Aprovou, por unanimidade, a acta da reunia ordinária de 23 de Julho de 2010;
- 2- Deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta de protocolo a celebrar com a Rodoviária da Beira Litoral e conferiu plenos poderes ao senhor Presidente para proceder à sua assinatura.
- 3- Deliberou, por unanimidade, submeter a presente alteração do PDM de Santa Comba Dão a apreciação pública, para recolha de sugestões pelo prazo de 30 dias úteis a contar do 5º dia da sua publicação no *Diário da República*, no cumprimento do disposto nos números 3 e 4 do artigo 77º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto - Lei nº 46/2009, de 20 de Fevereiro, devendo os interessados formular, por escrito, dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal as eventuais observações ou sugestões dentro do período atrás referido.
- 4- Deliberou, por unanimidade, o seguinte: Primeiro - Aprovar o projecto de arquitectura/regulamento e a avaliação dos lotes que constituem a urbanização Santa Comba Dão XXI, sita no lugar da Reguça, freguesia de Santa Comba Dão.Dado que a presente alienação não se enquadra no prescrito na alínea g) do nº 1 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, uma vez que a mesma não decorre da execução das opções do plano e porque não se tem conhecimento do montante que a mesma poderá atingir, submeter, nos termos da alínea i) do nº 2 do artigo 53ºda Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a alteração que lhe foi produzida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conjugação com a alínea a) do artigo 64º da Lei em apreço, esta deliberação ao órgão deliberativo, para os efeitos ali consignados

- 5- Votou, por maioria, com quatro votos a favor do PPD/PSD e dois contra do PS a taxa urbana, a que se refere a alínea b) do nº 1, do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro, no valor de 0,7% ; 2º - Votou, por maioria, com quatro votos a favor do PPD/PSD e dois contra do PS , a taxa para os prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI, em 0,4%, a que se refere a alínea c) do número e artigo sob análise; 3º- Votou, por unanimidade, a manutenção da proposta aprovada em reunião de 20 de Novembro de 2009, ao abrigo dos nºs 5,6, 7 e 8, com o significado dado pelo nº 9 e as excepções previstas no nº 10 do já citado artº 112º, com as alterações entretanto introduzidas, para ser remetida à Assembleia Municipal, para aprovação e que de novo se transcreve: “1- O agravamento em 30% da Taxa do IMI para os prédios urbanos degradados. 2-Que, conjuntamente seja enviado à Repartição de Finanças de Santa Comba Dão, a listagem dos prédios nessas condições. 3- A diminuição em 10% da taxa do IMI a aplicar aos prédios urbanos arrendados, existentes nas zonas que coincidem com as áreas sujeitas a reabilitação. 4- A diminuição em 20% das Taxas do IMI dos prédios que sejam objecto de reabilitação. 5- Que, conjuntamente, seja enviado à Repartição de Finanças de Santa Comba Dão, a delimitação das áreas abrangidas pelas medidas propostas nos pontos 3 e 4 ; 4 º-. Mais deliberou submeter as propostas em apreço à Assembleia Municipal, para que esta e nos termos da alínea f) do nº 2 do artigo 53º também da citada Lei 169/99, fixe o valor das respectivas taxas, para vigorarem no ano de 2011.
- 6- Deliberou, por maioria, com quatro votos a favor do PPD/PSD e dois votos contra do Vereador do PS, proceder, nos termos do nº 1 do artigo 14º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, ao lançamento, em 2010, de uma derrama no valor de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), com vista a reforçar a capacidade financeira do Município. Mais deliberou a Câmara Municipal, agora, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a alteração que lhe foi produzida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a necessária autorização, conforme preceitua a alínea f) do nº 2 do artigo 53º da já citada Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

- 7- Deliberou, por unanimidade, homologar o auto de arrematação das lojas nºs 1 e 4 do Mercado Municipal.
- 8- Deliberou, por unanimidade, rectificar na deliberação tomada em reunião de 13 de Julho, sob a epígrafe “Execução da Empreitada da Rede Intermunicipal de Drenagem de Águas Residuais Domésticas das Povoações de Pinheirinho no Concelho de Santa Comba Dão e Freguesia de Ázere no Concelho de Tábua – Desistência da Empreitada” os termos “ desistência da empreitada” por “ suspensão da empreitada “ e “ desistir da empreitada” por “ suspender a empreitada”, mantendo-se o restante teor da deliberação. Mais deliberou a Câmara Municipal, também, por unanimidade, dar conhecimento desta rectificação ao Tribunal de Contas.
- 9- Deliberou, por unanimidade, deferir a prorrogação do prazo de execução da empreitada de Saneamento em Vale Couço e Zona Industrial das Lameiras , por mais 90 dias de calendário e bem assim aprovar os já referidos planos de trabalhos e de pagamentos, requerida por firma Cipriano Pereira de Carvalho & Filhos, Lda
- 10- Deliberou, por maioria, com quatro votos a favor do PPD/PSD e dois contra do PS, com apresentação de declaração de voto, que consta acta como anexo três, deferir a prorrogação do prazo de execução da empreitada de Requalificação e Reabilitação da Ex-En2(Km 210+950 até à intersecção com a Ex-En 234) e da Ex-En 234 (Km 63+05) por mais 90 dias de calendário e bem assim aprovar os já referidos planos de trabalhos e de pagamentos, requerida por Embeiral, Empreiteiros das Beiras, S.A.,
- 11- Deliberou, por unanimidade, ratificar a decisão do Senhor Presidente, tomada, por despacho de 28 de Julho de 2010, de ter deferido o pedido formulado por Sandra Marise Almeida Marques e Nuno Tiago Lopes Teixeira Basto atinente à transferência de propriedade para o nome da Firma Sandra Marques & Nuno Basto, Lda,
- 12- Deliberou, por unanimidade, fazer baixar o processo de Ana Cristina Lopes Moura , aos serviços técnicos de obras particulares, para que estes sejam mais conclusivos na informação a prestar.

13- Deliberou, por unanimidade, não obrigar o Sr.Helder Roberto Marques Costa, ao pagamento das respectivas taxas, como contrapartida da cedência de terreno

Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume e ainda no sitio www.cm-santacombadao.pt.

Paços do Concelho de Santa Comba Dão, 10 de Setembro de 2010.

O Presidente da Câmara Municipal,